

JOÃO COSTA

Universidade Nova de Lisboa



João Costa é Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (onde, em 2004, obteve o título de Agregado em Linguística) e investigador do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa. Licenciado em Linguística pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1994, doutorou-se, também em Linguística, na Universidade de Leiden (Holanda) em 1998. Parte da sua investigação doutoral foi realizada no MIT (Massachusetts Institute of Technology, Estados Unidos). Em 1998, recebeu o Prémio de Investigação da Associação Portuguesa de Linguística.

Os seus trabalhos têm-se dedicado ao estudo da ordem de palavras nas línguas do mundo, com particular enfoque sobre o português. Nos últimos anos, tem desenvolvido investigação sobre a aquisição da linguagem pelas crianças com desenvolvimento normal e com perturbações da linguagem. No âmbito desta investigação, dirigiu projetos de investigação e participa em projetos internacionais.

Publicou vários livros e mais de cem artigos de investigação em revistas e livros nacionais e estrangeiros.

Fez parte do comité científico de algumas das mais importantes conferências e revistas da área da Linguística a nível internacional.

Foi professor convidado em várias universidades no Brasil, Macau, Espanha e Holanda. Foi, também, presidente da Associação Europeia de Estudantes de Linguística (SOLE) e da Associação Portuguesa de Linguística. Desenvolveu trabalho para o Ministério da Educação como consultor científico do Plano Nacional de Leitura e para várias questões

relacionadas com o ensino do Português no Ensino Básico e Secundário.

A presente entrevista foi prestada por escrito, em 2012, a partir de um conjunto de questões enviadas ao Professor João Costa pela equipa redatorial da *eling*^{UP} (João Veloso, Carlos Gomes, Paula Cepeda Rodrigues e Fátima Silva).

João Veloso: *O Professor é dos primeiros linguistas em Portugal a ter obtido uma licenciatura em Linguística. A maior parte dos linguistas portugueses, quer da sua própria geração, quer das gerações anteriores, obtiveram formação universitária de base (ao nível da licenciatura) noutras áreas, como a Filologia, as Línguas e a Literatura, principalmente. Em sua opinião, em que é que este facto foi determinante para o seu percurso? Julga possível identificar marcas do seu pensamento linguístico que pudessem ter sido diferentes se tivesse obtido uma licenciatura noutra área e só depois tivesse optado por formação mais especializada em Linguística?*

João Costa: A minha escolha por Linguística deveu-se a alguma curiosidade e, em parte, ao acaso. Na hora de concorrer ao Ensino Superior, estava muito indeciso. Tinha visto a estrutura da Licenciatura em Linguística e achei interessante, mas também achava que queria ser professor de 1.º ciclo. Atirei uma moeda ao ar e a sorte ditou que fosse para Linguística. Como veem... uma decisão muito pouco ponderada. Não tenho dúvidas de que, em termos de percurso, a formação de base foi crucial. Em primeiro lugar, porque foi uma formação já bastante especializada, o que orientou o meu percurso e as minhas escolhas seguintes. Daqui decorre que, por não ter tido outro tipo de formação, não fiz outras escolhas, como é evidente. A formação inicial é determinante, mas é apenas o início dos inícios. Se, por um lado, tenho noção de que o trabalho num paradigma generativista se deve muito a essa formação, também sei que muito da forma como me movo nesta área se deve ao que estudei depois da Licenciatura e ao trabalho de investigação que continuo a fazer. Por outras palavras, não me parece que o percurso inicial marque, de forma assim tão crucial, a forma de pensar em Linguística.

Carlos Gomes: *A nossa primeira pergunta conduz-nos a uma segunda pergunta também relacionada com a existência de licenciaturas em Linguística. Em sua opinião, quais são os grandes argumentos para convencer um jovem saído do*

12.º ano a optar por uma licenciatura tão especializada, numa área científica de que ele quase de certeza nada ou pouco ouviu falar?

João Costa: Ao contrário de outras áreas, nós – linguistas – não temos conseguido divulgar, de forma eficiente, o conhecimento sobre a língua. Faz-nos falta um Carl Sagan, que consiga mostrar aos jovens que esta é uma área científica fascinante e com muito por descobrir. Há uns meses estive numa escola a explicar a jovens adolescentes o que estudam os linguistas. No final da sessão, tinha uma turma inteira a dizer que queria estudar Linguística. Estou certo de que, se houver capacidade de mostrar o que fazemos, haverá sempre jovens interessados.

Paula Cepeda Rodrigues: *E qual a sua opinião sobre a formação pós-graduada em Linguística existente no país? Julga que faz sentido continuar a haver tantas faculdades a atribuir mestrados e doutoramentos nesta área? As modificações por que estão a passar as universidades portuguesas (quebra de procura em algumas áreas, não renovação do corpo docente, avaliação de cursos, fusão de instituições, etc.) não trarão obrigatoriamente alterações a este cenário, com o eventual encerramento ou fusão de cursos?*

João Costa: Não me parece que haja sinais tão preocupantes nessas modificações que referem, exceto na não renovação de corpo docente. Por exemplo, o número de alunos que procura os cursos tem vindo a aumentar em algumas instituições. Caberá a cada instituição, no quadro da sua autonomia, tomar as medidas que considerar mais adequadas. Se houver respostas globais ou impostas a nível central, podemos correr o risco de matar algumas áreas de excelência. A qualidade das dissertações de mestrado e doutoramento que têm vindo a ser produzidas em Portugal parece-me atestar que estamos a fazer formação pós-graduada de muito bom nível. Mais do que encerrar ou fundir cursos, parece-me interessante que consigamos trabalhar em rede. A fusão ou encerramento de cursos ou instituições por mero interesse administrativo ou conjuntural não é compatível com o que se espera da Universidade, que tem de ter sempre associado um projeto científico. As diferentes instituições portuguesas têm gente muito boa em áreas diferentes. Parece-me que há um desafio pela frente, para os linguistas, que consiste em criar uma oferta supra-institucional, em rede, que coloque a formação pós-graduada nacional com a visibilidade que merece no espaço europeu.

Fátima Silva: *A maior parte, para não dizer a totalidade, dos cursos de graduação e pós-graduação em Linguística continuam a funcionar, em Portugal, em faculdades ou departamentos em que a Linguística divide espaços com as chamadas “Humanidades” (Filosofia, Literatura, História, etc.). Hoje, a Linguística estabelece um diálogo muito forte com disciplinas de outras áreas: Biologia, Lógica, Inteligência Artificial, Ciências Cognitivas, Psicologia, Ciências da Saúde, Ciências da Computação, entre outras. Pensa que a Linguística ganharia se se autonomizasse definitivamente da “herança filológica” e passasse a funcionar, por exemplo, nas faculdades de Ciências ou de Engenharia?*

João Costa: Já há experiências de parceria muito interessantes e produtivas. Não interessa tanto saber onde funcionam fisicamente os departamentos de Linguística, mas sim garantir que há possibilidade de estabelecer estas relações. Os diálogos que referem são importantes, mas os “antigos” – a tal herança filológica – mantêm-se atuais. Importa, portanto, garantir que tudo o que for cientificamente produtivo tem condições para se desenvolver.

João Veloso: *A principal disciplina em que tem desenvolvido a sua investigação é a Sintaxe, onde, a par de investigação na caracterização das estruturas formais da gramática (com destaque para a Sintaxe do português), tem estudado também, mais recentemente, questões relacionadas com a aquisição dessas estruturas. Na sua investigação, qual é o lugar dos dados da aquisição na compreensão das estruturas formais da linguagem?*

João Costa: No quadro teórico em que me situo, a Gramática Generativa, a aquisição tem um papel importante, já que a meta dos estudos formais é uma representação da faculdade da linguagem. O estudo da aquisição permite-nos determinar o que é conhecimento estritamente linguístico e independente de outros processos cognitivos.

Fátima Silva: *E, num sentido semelhante ao da pergunta anterior, qual o papel que reserva para as relações entre a Linguística teórica e descritiva, por um lado, e os diversos domínios da chamada “Linguística Aplicada”?*

João Costa: Qualquer aplicação do conhecimento tem de estar solidamente sustentado em investigação fundamental, com uma boa descrição das estruturas. Para dar um exemplo, nos projetos que tenho dirigido sobre aquisição, temos

procurado ir contribuindo para uma caracterização adequada do desenvolvimento da Sintaxe, o que nos permite caracterizar contextos em que há perturbações do desenvolvimento. Se não houver um trabalho descritivo e explicativo de base bem feito, podem estar-se a criar instrumentos de diagnóstico ou para intervenção terapêutica menos finos. Numa tese de mestrado recente feita no âmbito do nosso projeto, a Alexandra Afonso fez uma análise dos instrumentos existentes para avaliação da linguagem e concluiu que nenhum é inteiramente fiável para o rastreio de problemas de desenvolvimento sintático.

Paula Cepeda Rodrigues: *Esta pergunta é sempre incómoda, mas não resistimos: consegue nomear quatro ou cinco linguistas que tenham marcado profundamente o seu pensamento linguístico? Não estamos a falar necessariamente de linguistas que tenham sido seus professores ou com quem tenha trabalhado diretamente. A nossa pergunta dirige-se explicitamente para linguistas cuja obra o tenha inspirado de forma decisiva no rumo das suas pesquisas e nas respostas a que tem chegado.*

João Costa: Autores que mais me influenciaram: Noam Chomsky, Tanya Reinhart, Haj (John) Ross, Ray Jackendoff.

Carlos Gomes: *O Professor João Costa foi um dos introdutores da Teoria da Otimidade em Portugal, quadro teórico em que, se não estamos enganados, já não se revê completamente. Concorda com esta nossa conclusão? Como é que vê os desenvolvimentos da TO desde a instituição do seu programa científico até às propostas atuais?*

João Costa: No uso que fiz da TO no meu trabalho, procurei sempre tornar claro que este modelo permite captar conflitos entre restrições que operam sobre as estruturas e não a própria natureza das restrições ou a configuração das estruturas sintáticas. É esta, aliás, a orientação que a minha dissertação seguiu. Continuo a achar que a ideia de que há violabilidade nos mapeamentos é interessante e tenho explorado essa ideia em alguns trabalhos recentes, de 2004 até aqui, em que me refiro a mapeamentos imperfeitos entre diferentes componentes da gramática. Desinteressei-me, é verdade, de alguma evolução da TO, que se começou a centrar demasiado em algoritmos que a tornassem num sistema computacionalmente eficaz e a esquecer a interação necessária com conhecimento de base sobre o que determina a configuração das estruturas linguísticas. Por eu estar mais preocupado com estes aspetos, acabei por deixar de trabalhar na TO.

João Veloso: *Como linguista, quais acha que vão ser os grandes temas de investigação em Linguística nos próximos 10 anos? Sabemos que é difícil fazer previsões tão exatas com esta antecedência, mas gostaríamos de conhecer a sua opinião sobre quais são os temas, questões e desafios que se colocarão no futuro mais próximo a todos quantos se entregam ao estudo científico da faculdade da linguagem e das estruturas das línguas.*

João Costa: *É, de facto, fazer um pouco de futurologia. Especulando um pouco, diria que se acentuará esta tendência de aproximação da Linguística Teórica a domínios de aplicação clínica. Numa área bastante diferente, a existência de instrumentos mais precisos para o tratamento de dados e para a constituição de bases de dados poderá abrir a porta para criação e tratamentos de corpora mais precisos e para trabalho muito profícuo sobre ontologias. No âmbito da Linguística Formal, penso que assistiremos ao aprofundar de algumas clivagens já visíveis na forma de conceber a interação entre as várias componentes da gramática.*

Carlos Gomes: *O seu papel como promotor da ciência em Portugal não se tem limitado apenas a fazer ciência no sentido mais estrito. A par da investigação e do ensino, tem desenvolvido funções de administração e organização em instituições que servem de infraestrutura à atividade científica. Presentemente, é vice-diretor da sua Faculdade. Uma primeira pergunta a este respeito: como encara a ligação entre a atividade científica num sentido mais estrito e a participação em tarefas de gestão de instituições ou atividades científicas?*

João Costa: *A gestão é um mal necessário na vida académica. Desempenho funções de gestão com gosto, mesmo quando tal exige ter um ritmo de trabalho desafiante para poder manter a atividade científica. Temos de desenvolver a atividade científica em contextos que sejam facilitadores e estimulantes. Neste sentido, é preciso haver quem crie essas condições. Ao assumir cargos e funções de gestão, tenho tentado contribuir para que essas condições existam.*

Paula Cepeda Rodrigues: *Ainda a respeito deste tema, gostaríamos de fazer uma pergunta mais abrangente. Na posição em que está, e carregando uma experiência considerável de muitos anos como linguista e professor de Linguística, como vê as condições de trabalho dos investigadores em Linguística, em Portugal e*

no estrangeiro? Em especial: o que espera neste capítulo nos próximos anos, num cenário de cortes orçamentais para a investigação e o ensino superior e de aumento da competitividade no financiamento para a ciência? Como será possível a Linguística – e as “ciências sociais e humanas”, em geral – sobreviver num cenário de restrições de financiamento (nestas áreas) como se espera para os próximos anos?

João Costa: Estamos num período de grande incerteza. Neste quadro de grandes restrições orçamentais, temos de perceber que temos de nos saber afirmar, de mostrar a relevância do que fazemos. Estes são também momentos de alguma competitividade, que tem de ser sadia, sob pena de se destruírem estruturas de cooperação científica. É, também, muito importante que os processos de avaliação da atividade científica sejam muito transparentes e dirigidos de uma forma que permitam potenciar a qualidade. Espero que os decisores políticos tenham a capacidade de perceber que as ciências sociais e humanas são um suporte essencial das sociedades democráticas. Percebo que haja restrições de financiamento e que os governos tenham de traçar prioridades, mas é fundamental que se permita a autonomia da investigação e a sobrevivência de todas as áreas. Preocupa-me a determinação apriorística de temas no *Horizon 2020* nas nossas áreas. As Universidades têm de continuar a ser os lugares onde o conhecimento se produz e onde as prioridades para a investigação são definidas. Este modelo *bottom-up* funcionará se as diferentes áreas souberem mostrar a excelência e a relevância do que produzem.

João Veloso: *Parte da sua dedicação às atividades institucionais foi prestada enquanto sócio e presidente da Associação Portuguesa de Linguística. Sabemos que assiste regularmente a todas as iniciativas da APL e que acompanha de perto a vida da Associação. Como é que avalia o papel desta Associação, com uma notável atividade regular há quase 30 anos, na defesa, promoção e visibilidade da Linguística em Portugal? Quais são, a este respeito, as principais alterações que é possível identificar na vida da Associação nos últimos anos? Este modelo de “sociedade científica” continua a fazer sentido nos dias de hoje?*

João Costa: Na pergunta, já dão a resposta. A APL tem tido, de facto, uma atividade notável e sempre viva. Tem-se afirmado cada vez mais como um fórum em que o rigor e a avaliação da qualidade do trabalho em Linguística são assumidos. Nos últimos anos, foram dados passos muito importantes nos processos de seleção

e organização das publicações. As sociedades científicas são importantes, não só por criarem palcos para o encontro de comunidades científicas, mas também pelo papel que podem e devem desempenhar na divulgação científica e na construção de opinião pública sobre matérias relevantes que se relacionem com cada uma das áreas científicas.

Paula Cepeda Rodrigues: *Em tempos mais recentes, envolveu-se diretamente em questões relativas ao ensino do Português no Ensino Básico e Secundário. Participou na elaboração, discussão e formação de professores para os novos programas de Português, como já antes tinha participado na elaboração da TLEBS e do Dicionário Terminológico. Também esta é uma forma de “devolver ao país o investimento que o país fez na sua educação”? Num plano menos irónico: é esta, também, uma forma de mostrar a relevância social dos linguistas e do seu trabalho?*

João Costa: Como disse acima, qualquer aplicação tem de estar assente em investigação fundamental. As opções que se tomam no âmbito do ensino não podem ser por mera herança de uma tradição ou por opinião. Se os linguistas sabem sobre língua, devem envolver-se nas tomadas de decisão sobre ensino de língua, a par de outros profissionais.

João Veloso: *É possível ensinar Português no Ensino Básico ou Secundário sem se saber nada de Linguística? E sem se estar a par dos desenvolvimentos mais recentes neste campo?*

João Costa: Não. Seria tão absurdo como ensinar Biologia sem se saber nada desta área ou sem que houvesse esforços de atualização científica.

Carlos Gomes: *Como é que é possível combinar, na aula de Português, todas as contradições e ambiguidades que resultam de a disciplina servir um pouco para tudo? “Português” serve para treinar a expressão oral e escrita, para familiarizar os alunos com o texto literário e a história da literatura, para lhes conferir consciência explícita das estruturas da língua, para lhes “ensinar” a terminologia gramatical, para lhes “ensinar” a fazer “análise literária”, para os levar a distinguir diversos tipos de texto e de registo linguístico. Não estaremos aqui perante demasiados objetivos? Esta pluralidade/ambiguidade é manejável? Poderá alguma vez dar frutos positivos em todas as vertentes?*

João Costa: Esta disciplina é muito desafiante. Tenho sérias dúvidas que seja possível encontrar um professor de Português que seja excelente em todas as áreas que se exigem trabalhar. A Didática da Língua é uma área que precisa de muita investigação, para que se encontre a resposta à vossa pergunta. Acredito que podem ser desenvolvidas atividades que rentabilizam mais o tempo disponível. Mas, sobretudo, parece-me que o ensino de português beneficiaria grandemente da criação de momentos de desdobramento das turmas para trabalho oficial, à semelhança do que se faz nas ciências. Parece-me ainda fundamental que haja um investimento não descontinuado na formação científica dos professores.

Fátima Silva: *Volta e meia, o país acende-se em torno de questões que dizem respeito, mais ou menos longinquamente, ao trabalho dos linguistas. Foi assim com o Acordo Ortográfico, depois com a TLEBS e o DT e com os novos programas de Português. Como linguista e como cidadão, como vê tanto alvoroço em torno destas questões? E como vê que tem saído a imagem pública dos linguistas – uma espécie de “encarnação do demónio” junto dos detratores de qualquer mudança – nos debates públicos que têm surgido neste campo?*

João Costa: Vejo com grande preocupação a falta de conhecimento que existe sobre língua. O debate é legítimo, mas, muitas vezes, paupérrimo. Por vezes, o debate espelha alguma fraca qualidade no jornalismo. É preciso saber quando intervir e contribuir para o debate de forma construtiva.

Paula Cepeda Rodrigues: *Já agora, e porque falámos do Acordo Ortográfico, como vê a decisão do Brasil que adia a sua obrigatoriedade por mais algum tempo?*

João Costa: É uma decisão legítima. Enquanto não houver uma posição única dos Estados da CPLP sobre este assunto, cada um andarà ao ritmo a que entender. Lamento que o IILP não tenha um papel mais claro sobre estas matérias de política de língua.

João Veloso: *Quer dar-nos a sua opinião sobre as Metas de Aprendizagem promulgadas pelo atual governo para o ensino do Português no Ensino Básico e Secundário?*

João Costa: Fui chamado a dar parecer sobre o documento numa fase inicial. Sei que propor documentos para o ensino envolve sempre tomadas de opção que não são fáceis e que nunca agradam a todos. No caso particular deste documento, tenho pena que se esteja a propor novos documentos numa altura em que o novo Programa de Português ainda está em fase de implementação, havendo óbvias áreas de incompatibilidade entre Programa e Metas. Há menos de dois anos, foram divulgadas metas para o Português. Qualquer documento proposto devia sair de uma avaliação do que há, ser experimentado e apoiado em investigação. Preocupa-me, sobretudo, que estas Metas sejam consequência de um despacho normativo de revogação do Currículo Nacional do Ensino Básico, que é um exemplo claro de instrumento legislativo em que a opinião não fundamentada se sobrepõe ao rigor científico. Gostava que as tutelas percebessem que os professores precisam de formação e não de mais documentos em contradição entre si.